

O impacto da colonialidade na educação das mulheres no Brasil: a pedagogia decolonial como esperança

The impact of colonialism in Brazil on women's education: decolonial pedagogy as hope

El impacto del colonialismo en la educación de las mujeres en Brasil: la pedagogía decolonial como esperanza

Recebido: 03/06/2022 | Revisado: 15/07/2022 | Aceito: 17/07/2022 | Publicado: 24/07/2022

Cyntia Maria Silva Vasconcelos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1929-7716>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

E-mail: cyntiavasconcelos@aluno.unilab.edu.br

Cintielena Holanda Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6672-6275>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: cintielenahcosta@aluno.unilab.edu.br

Resumo

Nos últimos anos, muito se tem dialogado sobre a transformação social no Brasil através da educação, registrando um cenário de luta e resistência contra um passado marcado pelo colonialismo. A herança colonial afeta até hoje os povos mais vulneráveis da sociedade brasileira de uma forma opressora, cabendo aqui ressaltar o grupo das mulheres que historicamente e culturalmente foram afetadas pelo patriarcado e, por esse motivo, foram escolhidas como objeto de estudo para a pesquisa, tomando por base o rompimento da escolarização como seqüela do colonialismo excludente, bem como a pedagogia decolonial como esperança de escolarização para todos os gêneros. Mediante o contexto exposto, este artigo aborda a negação da educação de mulheres como problemática, uma vez que o direito à escolarização foi rompido pelos fatores históricos e culturais da sociedade machista. Para isso, a pesquisa teve como objetivo compreender de que forma a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero no Brasil impacta na educação para mulheres. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica referente aos temas sobre educação de mulheres no Brasil, colonialidade e pedagogia decolonial, partindo de uma análise crítica baseada em teóricos estudiosos das temáticas em questão e, da realidade dos dias atuais que apresenta avanços no que diz respeito a herança machista e opressora deixada pelos colonizadores, mas que ainda implora por luta e resistência.

Palavras-chave: Colonialidade; Pedagogia decolonial; Educação de mulheres.

Abstract

In recent years, there has been a lot of dialogue about social transformation in Brazil through education, recording a scenario of struggle and resistance against a past marked by colonialism. The colonial heritage still affects the most vulnerable peoples of Brazilian society in an oppressive way, and it is worth emphasizing the group of women who historically and culturally were affected by patriarchy and, for this reason, were chosen as the object of study for the research, taking based on the rupture of schooling as a sequel to exclusionary colonialism, as well as decolonial pedagogy as a hope of schooling for all genders. Through the exposed context, this article addresses the denial of women's education as a problem, since the right to schooling was broken by historical and cultural factors of male society. For this, the research aims to understand how the coloniality of power, knowledge, being and gender in Brazil impacts on education for women. As a methodology, bibliographical research was used referring to the themes of women's education in Brazil, coloniality and decolonial pedagogy, starting from a critical analysis based on theorists who study the subject in question and the reality of the present day, which presents advances with regard to inheritance sexist and oppressive left by the colonizers, but which still begs for struggle and resistance.

Keywords: Coloniality; Decolonial pedagogy; Women's education.

Resumen

En los últimos años, mucho se tiene dialogado sobre la transformación social en Brasil a través de la educación, registrando un escenario de lucha y resistencia contra un pasado marcado por el colonialismo. La herencia colonial afecta hasta hoy los pueblos más vulnerables de la sociedad de una forma opresora, cabiendo aquí resaltar el grupo de las mujeres que históricamente y culturalmente fueron afectadas por el patriarcado y, por eso motivo, fueron elegidas como objeto de estudio para la pesquisa, tomando por base el rompimiento de la escolarización como secuela del colonialismo excluyente, bien como la pedagogía decolonial como esperanza de la escolarización para todos los géneros. Mediante el contexto expuesto, este artículo aborda la negación de la educación de mujeres como

problemática, una vez que el derecho a la escolarización fue roto por los factores históricos y culturales de la sociedad machista. Para eso, la pesquisa tiene como objetivo comprender de qué forma la colonialidad del poder, del saber, del ser y del género en Brasil impacta en la educación para mujeres. Como metodología fue utilizada pesquisa bibliográfica referente a los temas sobre educación de mujeres en Brasil, colonialidad y pedagogía decolonial, partiendo de un análisis crítico embasado en teóricos estudiosos de las temáticas en cuestión y, de la realidad de los días actuales que presentan avances en lo que dice respecto a la herencia machista y opresora dejada por los colonizadores, pero que aún implora por lucha y resistência.

Palabras clave: Colonialidad; Pedagogía decolonial; Educación de la mujer.

1. Introdução

Historicamente vivemos em uma sociedade opressora e excludente. Partindo desta premissa de que carregamos uma trajetória de exclusões por cor, raça, gênero e posição social, é perceptível que dentre esses quesitos as mulheres saem em desvantagem e por vezes passam a trilhar caminhos longe de uma vida digna.

Esta trajetória de opressão aparece na história do Brasil como herança do colonialismo, que implantou a cultura patriarcal e machista, tirando das mulheres o poder de ocupar seu espaço dentro da sociedade, assumindo um papel de submissão ao lar e à família e, conseqüentemente a ruptura do seu direito de estudar.

A educação é o caminho para a dignidade, pois tem o poder de transformar a vida dos sujeitos que se encontram à margem e se inibem diante de uma sociedade preconceituosa porque não aprenderam a escrever o próprio nome e muito menos a ler. Essa realidade remete ao estudo da pedagogia decolonial, uma vez que esta busca romper o colonialismo que construiu a desumanização advinda da modernidade europeia.

Para uma melhor compreensão da situação exposta, foi realizada uma pesquisa que buscou utilizar como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica através de literatura escrita e digital já publicadas, bem como a análise de documentos e sites oficiais que continham informações sobre a colonialidade e educação decolonial no Brasil e o impacto destas na educação das mulheres.

Para embasamento teórico e diálogo crítico com as ideias aqui discutidas, foram contemplados os seguintes estudiosos: Mignolo (2016) e Quijano (2005) abordando sobre colonialidade, no lado oposto, Candau e Oliveira (2010) foram referências para tratar sobre a pedagogia decolonial e, visando a reflexão sobre educação popular, principalmente de mulheres, e a pedagogia da esperança, foi utilizado Freire (2019) como principal autor. Cabe informar que além destes, outros estudiosos também contribuíram com o embasamento teórico da pesquisa e, conseqüentemente, foram mencionados nesse trabalho.

As reflexões geradas a partir desse movimento investigativo serão apresentadas no decorrer deste trabalho com o intuito de analisar a ruptura da colonialidade, o desenvolver da pedagogia decolonial no Brasil envolvendo o cenário histórico, político, social, cultural, econômico e espacial, e os impactos na educação formal e nas organizações de movimentos sociais para mulheres.

Tendo em vista o teor da pesquisa e que as mulheres fazem parte do grupo que se encontra à margem, o presente estudo foi motivado pela seguinte problemática: de que forma a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero no Brasil impacta na educação para mulheres?

Partindo do referido questionamento e sabendo que a pedagogia decolonial contribui para repensar de forma crítica sobre a valorização da cultura, na qual o indivíduo faz parte buscando mudanças sociais, se teve como objetivo geral da pesquisa: compreender de que forma a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero no Brasil impacta na educação para mulheres.

2. Procedimentos Metodológicos

O estudo realizado partiu da abordagem qualitativa, considerando a temática sobre colonialidade *versus* pedagogia

decolonial e tendo em vista o impacto destas na educação de mulheres. Na compreensão de Flick (2009),

A pesquisa qualitativa não se refere apenas ao emprego de técnica e de habilidade aos métodos, mas inclui também uma atitude específica. Essa atitude está associada à primazia do tema sobre os métodos, à orientação do processo de pesquisa e à atitude com que os pesquisadores deverão alcançar seus objetivos. [...] essa atitude é também atribuída, em parte, a certo grau de reflexão sobre o tema, à apropriabilidade da questão e dos métodos de pesquisa, bem como às percepções e aos pontos cegos do próprio pesquisador. (Flick, 2009, p. 36).

Tendo em vista a ideia do autor, a metodologia utilizada para aprofundamento da temática e reflexão sobre o tema escolhido foi a pesquisa bibliográfica que tem como principal vantagem “[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2019, p. 28).

Visando essa amplitude de ideias, a pesquisa para este trabalho consistiu no diálogo entre os autores que abordam sobre as temáticas colonialidade e pedagogia decolonial, visando uma análise crítica-reflexiva voltada para o impacto na educação das mulheres mediante contexto histórico, político, social, cultural, econômico e espacial. Tendo por base a pedagogia histórico-crítica, que propõe “uma educação crítica que forme pessoas autônomas capazes de desenvolver uma prática social transformadora em contraposição à educação acrítica que forma pessoas dependentes e reprodutoras da ordem vigente” (Saviani, 2021, p. 171).

Para organização das temáticas este artigo foi dividido em duas partes, a primeira para conceituar a colonialidade e apresentar a importância da pedagogia decolonial nesse processo de resgate social e cultural causado pelo colonialismo. A segunda parte aborda a pedagogia decolonial como uma esperança para as mulheres que tiveram seus estudos interrompidos pela herança cultural marcada pela colonialidade do poder, do saber e do ser e, que como consequência acarretou também na colonialidade do gênero.

Os esforços das pesquisas bibliográficas realizadas convergiram para compreender o impacto da colonialidade na educação de mulheres no Brasil, tendo como esperança a pedagogia decolonial na ruptura dessa realidade opressora. Assim, pensar na educação de mulheres no Brasil “supõe um exercício descolonizador do pensamento e da reflexão científica.” (Zuleta et al., 2021, p. 37). A pesquisa e a reflexão-crítica, portanto, serão apresentadas nos próximos tópicos, permitindo a análise e a apropriação da dinâmica do objeto estudado.

3. Colonialidade *versus* Pedagogia Decolonial

Historicamente o país traz em sua trajetória as marcas deixadas pelo colonialismo e que seguem vivas até dias atuais no cenário político, social, cultural, econômico e espacial. Não se vive mais no Brasil colônia e, portanto, o termo colonialismo não é mais adequado a ser utilizado, mas isso não significa que a herança da época não permanece.

Atualmente o povo brasileiro vive entre o passado e o presente e, esse vínculo temporal remete à colonialidade que se configura como a experiência moderna colonial, além disso, esse contexto remete ao poder como eixo que expressa a dominação colonial. Para Quijano (2005, p. 117) “esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico”.

A colonialidade, portanto, pode ser considerada como um fenômeno permanente e de poder, sendo que este não é dividido de forma justa no país, já que somente a elite carrega esse poder e se utiliza dele para oprimir, dominar e explorar as classes sociais mais vulneráveis.

Por conta dessa realidade excludente, Mignolo (2016) considera a colonialidade como o lado mais obscuro da modernidade, para ele

[...] a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. (Mignolo, 2016, p. 2).

A modernidade é um espelho refletindo o passado marcado pelo colonialismo e que se faz presente até hoje, sendo que esse reflexo apresenta uma experiência de poder e além disso, de saber e de ser dos que se encontram no topo da pirâmide social. Segundo Quijano (2005, p. 135-136) “a colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno”. Essa modernidade/colonialidade se fez em torno de uma colonização de classe, raça, cor e sobretudo, na colonização dos gêneros. (Lugones, 2010).

Por muitos anos a sociedade brasileira foi amordaçada, a classe dominante calou as vozes dos povos mais vulneráveis que se conformaram em apenas obedecer, tendo em vista as necessidades econômicas e a naturalização cultural trazida pela colonialidade. Isso é a base de uma epistemologia eurocêntrica, que “não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico”. (Grosfoguel, 2007, p.35).

Mas, com o passar dos tempos, os povos foram conhecendo seu lugar social e passando a resistir através da luta contra os massacres que sofriam pelos que se sentiam mais poderosos. Mesmo com esse progresso ainda se tem muito para avançar, pois a sociedade ainda se cala frente à opressão.

[...] os oprimidos dificilmente lutam, nem sequer confiam em si mesmos. Têm uma crença difusa, mágica, na invulnerabilidade do opressor. [...] É preciso que comecem a ver exemplos da vulnerabilidade do opressor para que, em si, vá operando-se a convicção oposta à anterior. Enquanto isso não se verifica, continuarão abatidos, medrosos, esmagados. (Freire, 2019, p. 70).

A opressão causada pela classe dominante retira as forças dos sujeitos, que por sua vez perdem a crença em si próprios e acabam se evadido da luta por seus direitos. Freire (2019) fala sobre a vulnerabilidade do opressor e que ao enxergar essa fraqueza os oprimidos se motivam a resistir.

Essa vulnerabilidade voltada para o opressor pode ser conquistada através da educação, pois é ela que oportuniza a formação de sujeitos críticos-reflexivos. Dentro desse contexto educacional e como quebra de barreiras impostas pela colonialidade do poder, do saber e do ser, surge a pedagogia decolonial que traz em sua proposta, juntamente com a interculturalidade crítica “[...] a superação tanto de padrões epistemológicos hegemônicos no seio da intelectualidade brasileira quanto a afirmação de novos espaços de enunciação epistêmica nos movimentos sociais”. (Candau & Oliveira, 2010, p.36).

Considerando o conceito abordado pelos autores e ainda visando também a interculturalidade, a pedagogia decolonial apresenta como importante a valorização e o reconhecimento da própria cultura, rompendo com os modelos eurocêtricos e potencializando os valores e costumes de determinada comunidade.

A colonialidade não somente motivou a opressão como também fechou os olhos dos povos brasileiros para as riquezas e bonitezas culturais do país, somente “o que é de fora” é belo e valorizado. Antes essa realidade era mais forte, atualmente vem sofrendo mudanças, mas ainda se faz necessário um resgate cultural. “Nos últimos anos, a problemática das relações entre educação e diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas, no Brasil e em todo o continente latino-americano. As questões e os desafios se multiplicam. As buscas de construção de processos educativos culturalmente referenciados se intensificam.” (Candau & Oliveira, 2010, p. 16).

A escola é o espaço privilegiado para a construção de ideias pedagógicas que trabalhem a valorização cultural e a diversidade. Classe social, raça, religião e gênero se misturam no mesmo espaço educacional, não cabendo mais atitudes como preconceito e discriminação, que são heranças deixadas pelo período colonial.

Os sujeitos precisam ser vistos e incluídos no processo educacional e “essa mudança de paradigma implica também a construção de uma base epistemológica “outra” para se pensar os currículos propostos pela nova legislação, ou seja, novos espaços epistemológicos, interculturais, críticos e uma pedagogia decolonial”. (Candau & Oliveira, 2010, p. 38).

Assim, no contexto educacional a pedagogia decolonial surge como um movimento de denúncia e anúncio, deslocando as pessoas da sua zona de acomodação e fazendo com que todas e todos sejam reconhecidos e possam construir um mundo para muitos mundos. (Mancilla, 2014). Dessa forma, para que a mudança apontada pelos autores aconteça, os sujeitos invisibilizados precisam se reconhecer como parte do processo, sendo necessário um currículo voltado para a valorização cultural deles e a formação crítica. Cabe destacar que os povos mais massacrados pelo colonialismo foram os indígenas, os negros e as mulheres, sendo este último grupo escolhido como objeto de estudo do artigo pela relação de gênero com as autoras e forte representatividade de luta e resistência frente a uma sociedade patriarcal e opressora.

4. A pedagogia Decolonial e a Educação de Mulheres no Brasil: uma Esperança

Ao longo de séculos, as relações entre educação e as questões étnicas e de gênero têm sido fontes de reflexões, críticas e debates acadêmicos, sociais e políticos. A construção de uma educação inclusiva, democrática, participativa e sem preconceitos se fortalece diariamente nas escolas e nos movimentos de ensino não formais.

É nessa perspectiva que, “[...] las pedagogías decoloniales son entendidas como espacios genuinamente “educativos” cuyo norte es poner en tensión la dimensión colonial y la opresión que les es concomitante toda vez que lo pedagógico se concibe desde una verticalidad jerárquica” (Borsani & Nãmku, 2017, p. 315), e se constituem enquanto discurso que desafia as ideias dominantes e hegemônicas ainda presentes no Brasil, fazendo paralelo a uma educação libertadora e capaz de construir novos conceitos e pensamentos não eurocêntricos, deslocando o lugar de fala para o outro historicamente negado e oprimido, e em um processo de revolução.

Paulo Freire, apesar de não declarado, utilizou o pensamento decolonial em seus ensinamentos, para ele

[...] se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõem, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (Freire, 2019, p. 48).

Conforme o pensamento de Freire (2019) sobre luta por libertação para transformar a realidade, a educação para mulheres no Brasil, tem sua história marcada pela luta e pelo sangue derramado de muitas delas que resistiram a um sistema de bases patriarcal e machista. Assim é a pedagogia decolonial para mulheres no Brasil, desterritorializa e desmistifica os espaços tomados por homens e faz os corpos antes coisificados a falarem das violências.

E quando esse processo de um novo modelo, fundado pela pedagogia decolonial, passa a existir, significa ter lugar de fala e de conquistas. É se perceber na sociedade enquanto sujeito que questiona e revoluciona o espaço de vivência. A pedagogia decolonial estimula “o pensar a partir de genealogias, racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de vida distintos¹” (Walsh, 2013, p. 28), passando a lutar contra os efeitos causados pela elite dominadora que constrói uma sociedade opressora e consequentemente excludente e por isso, estas mulheres, resistem com o objetivo de expressar sua voz e mostrar que tem vez.

A educação tem como função proporcionar a formação de seres críticos que se enxerguem como parte do mundo, comecem a lutar por seus direitos e consequentemente iniciem o seu processo de empoderamento, transformando a sua

¹ Trecho traduzido.

realidade, portanto se faz necessário “investir na construção de uma educação e um feminismo das mulheres subalternas, colonizadas, um feminismo das diferenças, pós-colonial ou decolonial, que seja capaz de pensar a mulher de forma complexa e concreta, articulando as categorias gênero, raça, classe e outras.” (Lima, 2019, p. 12).

A partir do momento que a mulher percebe, através da educação, a oportunidade de relacionar sua vivência com os conteúdos curriculares, ela passa a ter uma visão diferente da sua realidade, buscando compreendê-la cada vez mais e fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem se torne algo significativo, libertando-se até de crenças negativas construídas ao longo de sua história.

Crença é uma ideia que se considera verdadeira e contribui para definir determinado perfil, seja social ou pessoal. As crenças criadas pelo próprio sujeito, através da herança colonial, podem corromper o desenvolvimento individual e até mesmo coletivo, principalmente no grupo de mulheres que sofrem com as amarras colocadas pelo patriarcado. Tendo por base o pensamento de Walsh (2013), os autores Candau e Oliveira (2010) descrevem a pedagogia colonial como

[...] uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto, não somente denunciativa – em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebe a pedagogia como política cultural (Candau & Oliveira, 2010, p. 28).

Logo, a pedagogia decolonial vem como transformadora do pensamento limitado por crenças, motivando a necessidade e a vontade de transformar a história de vida das mulheres massacradas pelas marcas coloniais. E através do estímulo de mudar a realidade, passam a lutar por seus objetivos de vida, mostrando resistência em aceitar as imposições de uma sociedade opressora. Para Mignolo (2008), é preciso aprender a desaprender, desconstruir ensinamentos que nos foram dados, baseados na herança colonial e que ainda é tão forte no processo de ensino e aprendizagem. É, portanto, uma resposta aos pensamentos construídos em torno de uma ciência eurocêntrica. (Silva, 2020).

Assim, a escola como um dos primeiros espaços de socialização fora da família, precisa ser lugar de trocas sociais, culturais e políticas, sem estigmas e preconceitos. É necessário ressignificar as práticas pedagógicas para atender as diferenças, com um currículo não sexista e de não inferiorização da mulher, pois, “o currículo é uma associação de conhecimento e cultura, uma parte integrante da escola que reproduz e o legitima para a formação integral do estudante”. (Mattoso, 2021, p. 43).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), tem como objetivo orientar escolas em seus respectivos currículos e que possam abranger conceitos para uma vida em comunidade, tornando a aluna (o) um sujeito crítico, participativo, reflexivo e empoderado. Em sua sexta competência, a BNCC expressa que o ensino deve “valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.” (BNCC, 2017, p. 9).

Dessa forma, a educação não pode ser neutra. É no âmbito escolar que a luta por igualdade de gênero precisa acontecer e sob a responsabilidade de todas (os), professoras (es), gestoras (es) e alunas (os). Este posicionamento, enquanto atores de uma educação crítica e libertadora, significa esperar para milhares de meninas/mulheres que querem ser protagonistas da sua própria história e reconhecer a sua emancipação política, social, cultural e acadêmica. Para Paulo Freire (2006), essa esperança é consequência de uma relação de luta, e se há luta, há esperança.

Nesse contexto, a educação decolonial se apresenta como espaço de expectativa para muitas mulheres, ferramenta para o empoderamento feminino, enfrentamento das desigualdades sociais e transformação de vida. Porém, “para cada processo emancipatório, as relações de poder capitalistas, racistas e patriarcais se realinham e tentam regulá-lo novamente. Por

isso, não esquecer que a emancipação não é feita só de alegria e vitórias [...], mas também de resistência. (Gomes, 2019, p. 135).

Dentro desse cenário de mudanças de vida, Freire (2019, p. 190) diz que: “Os conteúdos e os métodos da conquista variam historicamente, o que não varia, enquanto houver elite dominadora, é esta ânsia necrófila de oprimir.” E também afirma que a “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham.” (Freire, 2019, p. 100).

A luta das mulheres atualmente é contra os efeitos causados por essa elite dominadora, enfatizada por Freire, que constrói uma sociedade opressora e conseqüentemente excludente e por isso, estas mulheres, resistem com o objetivo de expressar sua voz e mostrar que tem vez na sociedade, e é a educação que proporciona a formação de um ser crítico que passa a enxergar-se como parte do mundo, começa a lutar por seus direitos e inicia o seu processo de empoderamento, transformando a sua realidade.

Para Berth (2019, p. 64): “os estudos e experiências do feminismo, bem como as lutas empreendidas nesse campo de resistência, têm ressignificado os caminhos que se acreditou, até então, serem oportunos para o empoderamento de grupos minoritários.”

Sobre a ressignificação de caminhos cabe destacar a pedagogia decolonial como percurso transformador na vida das mulheres que por tanto tempo sofreram com os castigos de uma história opressora, mas que com resistência vem transformando essa realidade através da continuidade do processo de escolarização jamais vivido ou abandonado no passado.

Para lutar e resistir contra uma sociedade opressora, machista e patriarcal, as mulheres tiveram que acreditar em algo para conseguir forças e, a pedagogia decolonial surgiu como uma esperança no resgate das mulheres que se encontrava à margem de seus próprios direitos, sendo um deles, a escolarização.

Sobre a esperança, Freire (2006) explicita:

[...] Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica, é por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate [...] a esperança como necessidade ontológica, se desarvora, se desenderereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo (Freire, 2006, p. 5-6).

Para iniciar o combate ao que oprime, a esperança é um sentimento que estimula a mudança de comportamento, fazendo com que a espera se torne atitude e tome o espaço que antes era ocupado pelo desespero e imobilidade reflexiva e crítica. uma educação feminista

A pedagogia decolonial “questiona o patriarcado, o lugar em que a sociedade capitalista colocou a mulher, as funções que lhes atribuiu e os direitos que lhes foram negados” (Assis & Podewils, 2021, p.8) e vem como uma quebra de paradigmas imposta por uma classe dominante que tem a intenção de massacrar ainda mais os povos mais vulneráveis, estando as mulheres presente nesses grupos, a educação surge como uma oportunidade de formá-las dentro do contexto crítico-reflexivo, que lute por seus direitos, que resista às opressões sociais e que nunca deixem morrer o sentimento do esperançar.

5. Considerações Finais

O presente artigo é fruto de uma série de discussões e leituras realizadas na disciplina de Diversidade e Interculturalidade do Mestrado Profissional em Educação do Instituto Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Consideramos que esse trabalho emergiu sobre a importância da pedagogia decolonial na educação de mulheres no Brasil, trazendo reflexões sobre o colonialismo e a colonialidade do saber, do ser, do poder e do gênero. Compreendeu-se que a trajetória da educação de mulheres no Brasil ao longo de séculos se voltou para a inferiorização, subalternização e dominação da fala, do corpo e do espaço da mulher.

A escola, assim como outros espaços educativos, é lugar de subjetividades outras e carrega a responsabilidade de transformar as práticas educativas, reconhecendo a existência da multiplicidade de identidades, partindo, sobretudo, de um currículo que abrange diversidade e conceitos plurais.

Mulheres formadas para o empoderamento e emancipação política, social, cultural e humana, passam a lutar pela liberdade, pela igualdade de gênero e pelos espaços de vivência. Mulheres não rotuladas e não estigmatizadas tornam uma sociedade mais justa e liberta das amarras da colonialidade. E ainda, passam a olhar para si, valorizam seus potenciais e ao descolonizar os corpos, lugares e mentes, desenvolvem novas aprendizagens.

O presente artigo traz algumas contribuições teóricas sobre o paralelo entre a pedagogia decolonial, tendo como referência os escritos de Walsh e uma educação libertadora, baseada nas ideias de Freire, que sustenta uma produção crítica de luta e de esperar, que para mulheres, significa (re) existir.

Portanto, o desenvolvimento dos estudos sobre a colonialidade e a pedagogia decolonial na educação para mulheres no Brasil, precisa avançar, fazendo desde a escuta de sujeitos subalternizados, compreendendo os espaços e os movimentos de lutas e resistência, dialogando com os espaços educativos formais e não-formais para uma educação libertadora, diversa e não preconceituosa, até o aprofundando nos contributos de autores latino-americanos que trazem essa proposta de uma outra sociedade, onde as populações historicamente oprimidas possam se tornar visíveis e (re) produzir e (re) viver seus espaços a partir do poder, do ser, do saber e do gênero não mais opressor.

Nesse ensejo, pretende-se como proposta educativa, utilizar a sala de aula, *lócus* de trabalho das pesquisadoras, como ambiente de debate crítico-reflexivo sobre a temática abordada neste artigo, rompendo com a educação tradicional e conteudista, usufruindo do nosso lugar de fala, para despertar sobre a conscientização de luta e resistência da mulher na trajetória demarcada por uma sociedade machista e patriarcal. Dessa forma, esta pesquisa é sugestiva para o desenvolvimento de outros trabalhos em estudos relativos à pedagogia decolonial na educação de mulheres no Brasil.

Agradecimentos

Aos docentes do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (UNILAB/IFCE) que compartilharam seus saberes e nos levaram a refletir sobre essa sociedade que segrega e oprime, mas também luta e resiste pela educação de mulheres no Brasil. Ao Instituto Federal do Ceará e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Referências

- Assis, L. L. & Podewils, T. L. (2021). Mulheres no Capitalismo: Notas para uma educação feminista. *Research, Society and Development*, 10(7). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16234>.
- Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Ministério da Educação.
- Berth, J. (2019). *Empoderamento* (femininos plurais). Ed. Polén.
- Borsani, M. E. & Nãmku, R. (2017). Encarnizamiento político-judicial, neocolonialismo y expropiación territorial. In: WALSH, C. (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2018/03/catherine-walsh-pedagogic3adas-decoloniales-volume-ii.pdf>.
- Candau, V. M. F. & Oliveira, L. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, 26(1). <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3a ed.), Ed. Artmed.

- Freire, P. (2006). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. (71a ed.), Paz e Terra.
- Gomes, N. L. (2019). A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. *PERSEU: História, Memória e Política*, 1, 123-142.
- Gil, A. C. (2019). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (6a ed.), Atlas.
- Grosfoguel, R. (Orgs.). (2007). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores. p. 93-126.
- Lima, A. S. (2019). Educação das mulheres na América Latina: um olhar decolonial. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 44(3). <https://doi.org/10.1590/2175-623683134>
- Lugones, M. (2010). Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25(4). <http://www.jstor.org/stable/40928654>
- Mancilla, C. A. B. (2014). *Pela poética de uma Pedagogia do Sul: diálogos e reflexões em torno de uma filosofia da educação descolonial desde a Cultura Popular da Nossa América*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- Mattoso, G. (2021). Quem tem medo do gênero?. In: Guida, A.; Silva, E. M.; Nantes, F. A. *Notas de gênero e decolonialidade na educação*. Campo Grande, MS. Ed. UFMS.
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mignolo, W. D. (2016). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32(94).
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: Lander, E (ORG). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Saviani, D. (2021). Pedagogia histórico-crítica e pedagogia da libertação: aproximações e distanciamentos. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, 13(3), 170-176.
- Silva, M. A. da. (2020). Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. *Eccos - Revista Científica*, (54), 1-17. <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17322>.
- Walsh, C. (2013). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2018/03/catherine-walsh-pedagoc3adas-decoloniales-volume-i.pdf>.
- Zuleta, M. K. P., Lozano, M. E. E. C., & Torres, R. G. (2021). Reflexiones para una educación decolonial y feminista: un asunto inaplazable. *Cadernos CIMEAC*, 11(1). <https://doi.org/10.18554/cimeac.v11i1.5315>.